

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato13/2026

UASG153046-UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES

Editado porMARYANA BITTI SALAZAR

Atualizado em18/02/2026 15:30 (v 0.6)

StatusDISPONIBILIZADO

Outras informações

CategoriaII - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação23068.037703/2025-71

Processo Administrativo

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **MATERIAIS QUÍMICOS**, para atender as demandas de diversos setores da Ufes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, na modalidade de compra **Pregão Eletrônico (SRP)** e julgamento por menor preço **por item**.

Item	Nat Desp.	SIASG	SIE	Especificação	Unidade	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Produtos controlados pela Polícia Federal								
1	3011	355811	3135	ACIDO sulfúrico P.A. A.C.S. ISO. P.M.:98,08, Densidade= 1,84 g/L, Ponto de Fusão: -20°C, Ponto de Ebulição: 335°C. Especificações: Teor (acidmétrico)= 95 - 97%, Cor (Apha)= Máx. 10, Cloreto (Cl)= Máx. 0,1 ppm, Nitrato (NO3)= Máx. 0,2 ppm, Fosfato (PO4)= Máx. 0,5 ppm, Prata (Ag)= Máx. 0,050 ppm, Alumínio (Al)= Máx. 0,010 ppm, Arsênio (As)= Máx. 0,050 ppm, Bário (Ba)= Máx. 0,010 ppm= Berílio (Be)= Máx. 0,1 ppm= Bismuto (Bi)= Máx. 0,100 ppm, Cálcio (Ca)= Máx. 0,010 ppm, Cádmio (Cd)= Máx. 0,010 ppm, Cobalto (Co)= Máx. 0,020 ppm, Cromo (Cr)= Máx. 0,020 ppm, Cobre (Cu)= Máx. 0,010 ppm, Ferro (Fe)= Máx. 0,100 ppm, Germânio (Ge)= Máx. 0,020 ppm, Potássio (K)= Máx. 0,100 ppm, Lítio (Li)= Máx. 0,010 ppm, Magnésio (Mg)= Máx. 0,050 ppm, Manganês (Mn)= Máx. 0,010 ppm, Molibdênio (Mo)= Máx. 0,05 ppm, Sódio (Na), Máx. 0,300 ppm, Amônio (NH4)= Máx. 1 ppm, Níquel (Ni)= Máx. 0,020 ppm, Chumbo (Pb)= Máx. 0,010 ppm, Estrôncio (Sr)= Máx. 0,010 ppm, Titânio (Ti)= Máx. 0,1 ppm, Tálho (Tl)= Máx. 0,020 ppm, Vanádio (V)= Máx. 0,010 ppm, Zinco (Zn)= Máx. 0,050 ppm, Zircônio (Zr)= Máx. 0,020 ppm, Resíduo após ignição: Máx. 3 ppm, fabricado por empresa	Frasco	12	R\$ 55,01	R\$ 660,12

				com sistema da qualidade certificado pela ISO 9001, Incluir FISPQ do produto. Frasco contendo 1000 mL				
2	3011	484213	3061	Ácido Acético. Aspecto físico: líquido límpido transparente. Massa Molecular: 60,05 g/mol. Grau de pureza mínima: 99%. Característica adicional: glacial, reagente P.A. Fórmula Química: C2H4O2. Número de Referência Química: CAS 64-19-7. Frasco contendo 1000 mL. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	9	R\$ 107,47	R\$ 967,23
3	3011	355813	329192	Ácido Clorídrico. Aspecto Físico: Líquido límpido, incolor/amarelado, fumegante; Fórmula Química: HCL; Massa Molar: 36,46 g/mol; Grau de Pureza Mínima: 37%; Densidade: 1,19 kg/L ou 1,19 g/mL, Característica Adicional: reagente P.A., Número de Referência Química: CAS 7647-01-0; Frasco de vidro contendo 1000 mL; Incluir FDS do produto no momento da entrega.	Frasco	20	R\$ 85,60	R\$ 1.712,00
4	3011	380868	4176	Anidrido Acético. Aspecto Físico: Líquido incolor, translúcido, odor picante. Peso molecular: 102,09 g/mol; Grau de Pureza mínima: 98,5%. Característica adicional: reagente P.A. Fórmula Química: (CH3CO)2O. Número de Referência Química: CAS 108-24-7. Frasco contendo 1000 ml. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 52,27	R\$ 52,27
5	3011	379429	4391	BOROHIDRETO de sódio. Frasco contendo 100 Gramas.	Frasco	1	R\$ 256,81	R\$ 256,81
6	3011	352801	3340	CLORETO de Amônio P.A. ACS, NH4Cl. PM: 53,49. Teor Mín. 99,5%; pH (Sol. 5%a 25°C) 4,5 - 5,5; Insolúveis em H2O: Máx. 0,005%; Resíduo Após Ignição: Máx. 0,01%; Fosfato (PO4): Máx. 2 ppm; Sulfato (SO4): Máx. 0,002%; Metais Pesados (Como Pb): Máx. 5 ppm. Unidade de fornecimento: 1 kg. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	2	R\$ 31,82	R\$ 63,64
7	3011	360545	328048	Cloreto de Hiroxilamônio. Aspecto físico: cristal incolor a levemente amarelado, higroscópico. Composição química: NH2OH.HCL. Peso molecular: 69,49 g/mol. Grau de pureza: pureza mínima de 99%. Característica adicional: reagente P.A. ACS. Número de referência química: CAS 5470-11-1. Embalagem: acondicionamento em frasco PEAD 250g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 49,62	R\$ 49,62
8	3011	401024	3941	Diclorometano. Apecto físico: líquido claro, incolor. Massa molecular: 84,93 g/mol. Grau de pureza mínima: 99,8%. Característica adicional: reagente P.A. Fórmula Química: CH2Cl2; Número de referência química: cas 75-09-2. Frasco contendo 1000 ml. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	6	R\$ 55,11	R\$ 330,66
9	3011	391604	3392	ETER ETILICO P.A. Frasco contendo 1.000 mL. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Litro	18	R\$ 98,60	R\$ 1.774,80
10	3011	347756	3500	HIDROXIDO de Amônio PA, teor 30-32%. Frasco contendo 1000 mililitros. Incluir FISPQ do produto. Incluir Laudo de análise.	Frasco	2	R\$ 35,31	R\$ 70,62
11	3011	347756	3477	HIDROXIDO DE AMÔNIO, líquido límpido, incolor, volátil, fórmula química NH4OH, massa molar 35,05 g/mol, teor de NH3 de 28-30%.	Litro	9	R\$ 35,31	R\$ 317,79

				Característica adicional: reagente P.A., número de referência química CAS 1336-21-6. Frasco contendo 1.000 mL. Incluir FISPQ do produto.				
Produtos controlados pelo Exército								
12	3011	366456	329687	Ácido Fluorídrico. Aspecto físico: líquido incolor, fumegante; odor ácido; Peso molecular: 20,01 g/mol; Característica adicional: reagente P.A.; Grau de pureza mínimo: 48%; Fórmula química: HF; Número de referência química: CAS 7664-39-3; Frasco de plástico contendo 1000 ml; Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	13	R\$ 326,39	R\$ 4.243,07
13	3011	412629	329692	Fluoreto de Sódio. Aspecto físico: pó cristalino branco, inodoro; Fórmula química: NaF; Peso molecular: 41,99 g/mol; Grau de pureza: pureza mínima de 99%; Característica adicional: reagente P.A.; Número de referência química: CAS 7681-49-4; Frasco de 100 gramas.	Frasco	1	R\$ 170,00	R\$ 170,00
14	3011	382558	325361	SULFETO DE SÓDIO NONAHIDRATADO, cristais, flocos ou escamas, de cor branca a amarelada, fórmula química Na ₂ S.9H ₂ O, massa molar 240,18 g/mol, pureza mínima de 98%, característica adicional reagente P.A. ACS, número de referência 1313-84-4. Frasco (100 g).	Frasco	1	R\$ 536,36	R\$ 536,36
15	3011	350143	4029	Trietanolamina P.A., Frasco contendo 1000 mL, C ₆ H ₁₅ NO ₃ , P.M.: 149,19, Densidade: 1,12 kg/L, Ponto de Fusão: 21 °C, Ponto de Ebulição: 360 °C, Ponto de Fulgor: 190 °C, Índice de refração: 1,4852. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	2	R\$ 179,21	R\$ 358,42
Produtos não controlados								
16	3011	345880	319721	Acetilacetona. Aspecto físico: líquido incolor a levemente amarelado, de odor repugnante; . Fórmula química: CH ₃ COCH ₂ COCH ₃ . Massa Molecular: 100,12 g/mol. Grau de pureza: pureza mínima de 99,5%. Número de referência química: CAS 123-54-6. Característica adicional: reagente PA. Embalagem: 1000 ml. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 191,96	R\$ 191,96
17	3011	381518	4454	ACETOFENONA P.S., Frasco Contendo 1000 mL, P.M.:120,15, Densidade= 1,03 g/L, Ponto de Fusão: 20,5°C, Ponto de Ebulição: 202°C, Ponto de Fulgor:105°C, Índice de Refração: 1,533. Especificações: Teor: Mín. 99%, Densidade (d 20 °C/ 4 °C).	Frasco	1	R\$ 366,50	R\$ 366,50
18	3011	352956	3095	ACIDO SULFOSSALICILICO PA 250G	Frasco	2	R\$ 156,50	R\$ 313,00
19	3021	366464	23241	Ácido tânico P.A. Fórmula molecular C ₇ H ₅ O ₄ . Indicado para análise (Grau Controle de Qualidade). Aspecto: sólido, pó fino, amorfo, castanho-claro. pH aproximado de 3,5. Ponto de fusão 218°C.	Frasco	1	R\$ 44,00	R\$ 44,00
20	3011	347504	3067	ÁCIDO TRICLOROACÉTICO, pó branco cristalino, fórmula química C ₂ HCl ₃ O ₂ , massa molar 163,38 g/mol, pureza mínima de 99%, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 76-03-9. Frasco (500 g).	Frasco	1	R\$ 170,72	R\$ 170,72
21	3011	397085	3158	AGAR EM PO. Frasco com 500 Gramas.	Frasco	2	R\$ 461,27	R\$ 922,54
22	3011	326284	3160	AGAR MAC KONKEY, validade mínima de 24 meses. Frasco com 500 Gramas.	Frasco	1	R\$ 357,78	R\$ 357,78
23	3011	452748	330635	ALCOOL BUTILICO TERCEARIO. Unidade de fornecimento: embalagem de 1 litro.	Litro	50	R\$ 144,04	R\$ 7.202,00

24	3022	348255	4474	Álcool butílico, líquido límpido, incolor, odor forte característico, 74,12 G/MOL, C4H9OH normal (1-BUTANOL), pureza mínima de 99,5%, reagente P.A., CAS 71-36-3. Embalagem de 1 litro.	Litro	2	R\$ 57,55	R\$ 115,10
25	3011	444849	325346	ÁLCOOL ETÍLICO ABSOLUTO, líquido límpido, incolor, volátil, fórmula química C2H6O, massa molar 46,07 g/mol, pureza mínima de 95%, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 64-17-5. . Embalagem contendo 1000ml. Produto acabado Notificado na ANVISA, em conformidade com INMETRO Portaria nº 269, de 05 de agosto de 2008; INMETRO Portaria nº 270, de 05 de agosto de 2008; NBR 5991/97; RDC nº46, de 20 /02/2002. Apresentar Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ no momento da entrega do item.	Litro	56	R\$ 37,63	R\$ 2.107,28
26	3011	445457	3193	Álcool etílico anidro (absoluto) Reagente P.A. 99,8% . CAS: 64-17-5. Frasco de vidro com 1000ml. Incluir laudo de análise. Apresentar Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) no momento da entrega.	Frasco	155	R\$ 29,38	R\$ 4.553,90
27	3011	380747	3208	Álcool Isopropílico P.A., Frasco contendo 1000 mL, P.M.:60,10, Densidade= 0,78 g/L, Ponto de Fusão: -89,5 °C, Ponto de Ebulição: 82,4 °C, Ponto de Fulgor:17 °C, Índice de Refração: 1,378. Especificações: Dosagem (CG)= Mín. 99,7%, Não Voláteis= Máx. 0,001%, Água (K.F.) = Máx. 0,1%, Ácidos Livres (como C2H5COOH) = Máx. 0,002%. Apresentar Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ.	Frasco	58	R\$ 64,37	R\$ 3.733,46
28	3011	348266	329938	Álcool Metílico. Aspecto Físico: líquido límpido, incolor, odor característico; Peso Molecular: 32,04 G/Mol; Grau de Pureza: pureza mínima de 99,8%; Características Adicionais: reagente P.A. /ACS ISO; Fórmula Química: CH3OH; Número de Referência Química: CAS 67-56-1; Embalagem de Vidro Ambar: 1000 ml; Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Litro	5	R\$ 34,70	R\$ 173,50
29	3011	379974	325841	ÁLCOOL OCTÍLICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO TRANSPARENTE, INCOLOR, ODOR CARACTERÍSTICO, FÓRMULA QUÍMICA C8H18O(2-ETIL-1-HEXANOL), PESO MOLECULAR 130,23, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 104-76-7	Litro	2	R\$ 75,34	R\$ 150,68
30	3007	432146	327755	Amido solúvel, embalagem com 500g.	Frasco	5	R\$ 99,52	R\$ 497,60
31	3011	391896	4290	ANISALDEIDO P.A. Fórmula Química: C8h8O2 (P-Anisaldeído); Peso Molecular: 136,15 G /MOL; Pureza Mínima De 99,5%. Frasco contendo 500ml.	Frasco	2	R\$ 472,91	R\$ 945,82
32	3011	346620	329721	Antimfo. Componente: Cloreto de cálcio. Mistura de Quaternários de Amônio, Coadjuvante, Solvente, Sequestrante, Desnaturante, Fragrância e Veículo. Princípio Ativo: Cloreto de alquil dimetil benzil amônio, Cloreto de octil decil dimetil amônio, Cloreto de dioctil dimetil amônio e Cloreto de didecil dimetil amônio 1,20% p/p. Frasco: 180g.	Unidade	100	R\$ 23,71	R\$ 2.371,00
				AZUL DE METILENO, pó verde escuro, inodoro, fórmula química C16H18N3SCI, massa molar				

33	3011	331361	325319	319,85 g/mol, pureza mínima 98%, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 61-73-4. Frasco (100 g).	Frasco	1	R\$ 98,33	R\$ 98,33
34	3011	244472	22969	BALSAMO DO CANADA, SINTETICO. EMBALAGEM COM 100 ML.	Frasco	3	R\$ 57,65	R\$ 172,95
35	3011	413009	330636	BENZOATO de metila. Fórmula Química: C ₆ H ₅ COOCH ₃ ; Peso Molecular: 136,15 G /MOL; Pureza Mínima: Mínimo De 98%. Unidade de fornecimento: frasco 500ml.	Frasco	1	R\$ 236,86	R\$ 236,86
36	3011	412636	3218	Bicarbonato de sódio. Aspecto físico: pó branco e fino. Peso molecular: 84,01 g/mol. Fórmula química: NAHCO ₃ . Grau de pureza: pureza mínima de 99%. Característica adicional: Reagente P.A./A.C.S. Número de referência química : CAS144-55-8; Embalagem: 500 gramas. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	3	R\$ 34,34	R\$ 103,02
37	3011	347617	325026	Bromato de potássio PA, frasco com 500 g. Fórmula Química: KBrO ₃ ; Peso Molecular: 167,00 G/MOL; Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,8%.	Frasco	1	R\$ 346,50	R\$ 346,50
38	3011	380437	4066	BROMETO DE POTASSIO PA. Frasco com 500 Gramas. Fórmula Química: KBr; Peso Molecular: 119,01 G/MOL; Pureza Mínima De 99,5%.	Frasco	2	R\$ 162,26	R\$ 324,52
39	3011	347959	3245	Carbonato de sódio anidro. Aspecto físico: pó ou cistrais brancos, higroscópicos, inodoros. Reagente: P.A. / A.C.S. Embalagem: 500g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 45,36	R\$ 45,36
40	3011	355924	3252	CARBONATO DE SÓDIO, pó branco, cristalino, higroscópico, inodoro, fórmula química Na ₂ CO ₃ , massa molar 105,99 g/mol, pureza mínima 99%, número de referência química CAS 497-19-8. Quilograma.	Quilograma	1	R\$ 32,96	R\$ 32,96
41	3011	412964	319327	CICLOHEXANOL PA. Reagente PA, aspecto físico líquido incolor, higroscópico, peso molecular 100,16, fórmula química C ₆ H ₁₁ OH. Frasco contendo 1.000 mL.	Frasco	3	R\$ 288,76	R\$ 866,28
42	3011	348096	321152	CICLOHEXANONA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO OLEOSO, CLARO, INCOLOR À AMARELO CLARO, FÓRMULA QUÍMICA C ₆ H ₁₀ O, PESO MOLECULAR 98,14, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P. A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 108-94-1, Frasco com 1000mL.	Frasco	1	R\$ 101,41	R\$ 101,41
43	3011	436035	330637	CLORETO DE NÍQUEL, ASPECTO FÍSICO PÓ, FÓRMULA QUÍMICA NiCl ₂ (CLORETO DE NÍQUEL II), PESO MOLECULAR 129,60, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7718-54-9. Unidade de fornecimento: Frasco 250g.	Frasco	1	R\$ 121,87	R\$ 121,87
44	3011	458161	325322	CLORETO DE POTÁSSIO, pó ou cristal branco, inodoro, fórmula química KCl, massa molar 74,55 g/mol, pureza mínima de 99,5%, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 7447-40-7. Quilograma.	Quilograma	4	R\$ 49,41	R\$ 197,64
45	3011	366473	3310	Cloreto de Sódio, PA. Frasco com 500 gramas.	Frasco	2	R\$ 13,17	R\$ 26,34
				Cobaltonitrito de sódio (Hexanitritocobaltato (III))				

46	3011	413284	11730	de sódio P.A.), aspecto físico: pó fino amarelo alaranjado, inodoro, composição: Na_3CO_3 , peso molecular: 403,94 g/mol, grau de pureza: pureza mínima de 99%, característica adicional: reagente p.a., número de referência química: cas 13600-98-1, frasco de 100 gramas.	Frasco	1	R\$ 276,98	R\$ 276,98
47	3011	379490	3365	CORANTE GIEMSA, FRASCO COM 25 G.	Frasco	1	R\$ 130,96	R\$ 130,96
48	3011	370331	328719	Corante. Tipo: Orceína sintética; Aspecto Físico: Pó; Frasco com 10 gramas.	Frasco	1	R\$ 321,95	R\$ 321,95
49	3011	327377	4005	Eosina Amarelada Y. (TETRABROMOFLUORESCINA). Ci 45380. Aspecto físico: Pó. Embalagem: 25g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 40,04	R\$ 40,04
50	3041	371663	9264	Essência de Terebintina. Tipo: solvente vegetal. Fórmula Química: $\text{C}_{10}\text{H}_{16}$. Aspecto Físico: Líquido Incolor, Inflamável, Odor Caracetrístico. Litro.	Litro	3	R\$ 83,33	R\$ 249,99
51	3011	419809	4041	Estanho metálico granulado PA. Aspecto Físico: Granulado, Cor Cinza Prata. Peso Molecular: 118,71 G/MOL. Grau De Pureza: Teor Mínimo De 90%. Fórmula Química: Sn Número De Referência Química: Cas 7440-31-5. Capacidade: 250 G.	Frasco	1	R\$ 202,22	R\$ 202,22
52	3011	416537	4174	ETILENODIAMINA PAETILENODIAMINA P.A. 99% .Frasco com 1000 mL.Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 147,49	R\$ 147,49
53	3011	362990	329784	Formaldeído (Formol). Grau De Pureza: Concentração Entre 37 e 40%. Acondicionamento: Galão de 5 litros. Aspecto Físico: Líquido Incolor, Límpido. Fórmula Química: H_2CO . Peso Molecular: 30,03 G/MOL. Número De Referência Química: Cas 50-00-0.	Unidade	40	R\$ 120,17	R\$ 4.806,80
54	3011	362990	329786	Formaldeído (Formol). Grau De Pureza: Concentração Entre 37 e 40%. Acondicionamento: Galão de 20 litros. Aspecto Físico: Líquido Incolor, Límpido. Fórmula Química: H_2CO . Peso Molecular: 30,03 G/MOL. Número De Referência Química: Cas 50-00-0.	Unidade	20	R\$ 340,29	R\$ 6.805,80
55	3011	366838	3472	FOSFATO DE POTÁSSIO MONOBÁSICO ANIDRO P.A., reagente acs, teor = 99%. Frasco com 250g. Incluir laudo de análise. Incluir FISPQ do produto.	Frasco	1	R\$ 77,35	R\$ 77,35
56	3011	412749	3450	FOSFATO DIBASICO DE POTASSIO ANIDRO $\text{PA}(\text{K}_2\text{HPO}_4)$ COM FRASCO 500G	Frasco	1	R\$ 73,84	R\$ 73,84
57	3011	352808	3474	GLICOSE ANIDRA PA, D(+)-, EMB. DE 1000 G	Frasco	1	R\$ 76,63	R\$ 76,63
58	3011	355654	325381	HEXAMETAFOSFATO DE SÓDIO, pó ou cristal esbranquiçado, inodoro, higroscópico, fórmula química $(\text{NaPO}_3)_n$, pureza mínima de 99%, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 10124-56-8.Frasco (500 g).	Frasco	3	R\$ 51,01	R\$ 153,03
59	3011	404585	3493	Hidróxido de cálcio P.A. em pó. Frasco com 10g. Uso Odontológico.	Frasco	7	R\$ 12,03	R\$ 84,21
60	3011	445526	330566	Hidróxido De Sódio PA, Peso Molecular: 40 G /MOL; Fórmula Química: NaOH ; Pureza Mínima De 98%. Frasco contendo 1000g.	Frasco	2	R\$ 39,42	R\$ 78,84
61	3011	343298	325396	HIPOCLORITO DE SÓDIO, líquido amarelo esverdeado, fórmula química NaClO , massa molar 74,44 g/mol, teor de 10 a 12%, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 7681-52-9. Litro.	Litro	23	R\$ 29,13	R\$ 669,99
				Indicador De Ph; Escala: 1 A 11; Tipo: Tira De				R\$

62	3011	454035	328543	Papel	Unidade	11	R\$ 142,68	1.569,48
63	3011	353072	3505	Iodeto de potássio. Aspecto físico: pó branco, cristalino, inodoro. Fórmula química: KI. Peso molecular: 166,01 g/mol. Teor de pureza: pureza mínima de 99,5%.Característica adicional: reagente P.A..Número de referência química: CAS 7681-11-0. Embalagem: 250g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	3	R\$ 437,56	R\$ 1.312,68
64	3011	606016	2254	MEMBRANA Membranas de fibra de vidro, GF-1, caixa com 100 unidades	Unidade	10	R\$ 251,76	R\$ 2.517,60
65	3011	403993	4053	MOLIBDATO DE AMÔNIO ou molibdato de amônio tetra hidratado, pó cristalino branco a levemente amarelado, fórmula química (NH4) 6Mo7O24.4H2O, massa molar 1235,86 g/mol, pureza mínima de 99%, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 12054-85-2. Frasco com 250g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 405,71	R\$ 405,71
66	3011	400839	3517	NITRATO DE CHUMBO II. Frasco contendo 500 gramas. Composição Química: Pb(NO3)2 (Chumbo II); Peso Molecular: 331,21 G/MOL; Pureza Mínima De 99%	Frasco	1	R\$ 87,76	R\$ 87,76
67	3011	401204	3535	Nitrato de amônia PA. Aspecto físico: pó fino, cristalino a esbranquiado. Peso molecular: 80,04 g/mol. Grau de pureza: 98%. Capacidade: 500 G. Característica adicional: reagente PA. Fórmula química: NH4NO3.	Frasco	3	R\$ 135,80	R\$ 407,40
68	3011	353053	330638	NITRATO de bismuto. Aspecto físico: cristal branco, higroscópico. Fórmula química: Bi(NO3) 3.5H2O (pentahidratado). Peso molecular: 485,07 g/mol. Teor de pureza: mínima de 98%. Característica adicional: Reagente P.A. Número de referência química: CAS 10035-06-0. Unidade de fornecimento: Frasco 500g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 566,68	R\$ 566,68
69	3011	412727	3538	NITRATO DE FERRO III. FRASCO C/ 500 G. Composição Química: Fe(NO3)3.9H2o (Ferro III Nonahidratado); Peso Molecular: 404,00 G /MOL; Pureza Mínima De 98%.	Frasco	1	R\$ 175,50	R\$ 175,50
70	3011	359023	3557	NITRATO DE MANGANÊS II HIDRATO P.A. Mn (NO3)2. 4H2O, PM:251,01. BOLETIM DE GARANTIA: Amônio (NH4): Máx. 0,1%; Cálcio (Ca): Máx. 0,001%; Cadmio (Cd): Máx. 0,001%; Cobre (Cu): Máx. 0,0005%; Ferro (Fe): Máx. 0,0005%; Potássio (K): Máx. 0,005%; Manganésio (Mg): Máx. 0,005%; Sódio (Na): Máx. 0,005%; Chumbo (Pb): Máx. 0,001%; Zinco (Zn): Máx. 0,001%; Cloreto (Cl): Máx. 0,001; Sulfato (SO4): Máx. 0,005%. ONU:2724, CLASSE: 5.1, CAS: [20694-39-7], PT.FUSÃO: 37°C, PT.EBULIÇÃO: ND°C, PT.FULGOR: ND°C, IND REFRAÇÃO: ND. Incluir FISPQ do produto. Frasco 500g.	Frasco	1	R\$ 1.113,82	R\$ 1.113,82
71	3011	357906	330639	Nitrato de Mercúrio; Aspecto Físico: Pó Cristalino, Branco a Levemente Amarelado; fórmula química: hg2(no3)2.2h2o (nitrato mercurioso dihidratado); peso molecular: 561,22 g/mol; grau de pureza: pureza mínima de 98%; característica adicional: reagente p.a.; número de referência química: cas 7782-86-7; Frasco de 100 gramas	Frasco	3	R\$ 1.223,03	R\$ 3.669,09
				NITRATO de potássio P.A. ACS, Frasco contendo 500 g, KNO3, P.M.: 101,10, Densidade: 2,11, Ponto de Fusão: 334 °C.				

72	3011	357898	3553	Especificações: Ensaio (KNO3): Min. 99,0%, Cálcio (Ca): Max. 0,005%, Cloreto (Cl): Max. 0,002%, Ferro (Fe): Max. 0,0003%, Fosfato (PO4): Max. 0,0005%, Iodato (IO3): Max. 0,0005%, Magnésio (Mg): Max. 0,002%, Material insolúvel: Max. 0,005%, Metais pesados (Pb): Max. 0,0005%, Nitrito (NO2): Max. 0,001%, Sódio (Na): Max. 0,005%, Sulfato (SO4): Max. 0,003%, pH de sol.a 5% a 25 °C: 4,5 - 8,5. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	3	R\$ 167,82	R\$ 503,46
73	3011	358988	3522	NITRATO de Sódio P.A. Frasco com 500 Gramas. Fórmula Química: NaNO3; Peso Molecular: 84,99 G/MOL; Pureza Mínima De 99%	Frasco	1	R\$ 58,58	R\$ 58,58
74	3011	384470	330640	NITRATO Nitrato de Cádmio tetra hidratado P. A., Frasco contendo 500g, Cd(NO3)2 • 4H2O, P. M.: 308,48, Densidade: 2,46, Ponto de Fusão: 59,5 °C, Ponto de Ebulição: 132 °C, Cor: Branco, Aparência: Pó cristalino, Teor: 98%. Fabricado por empresa com sistema da qualidade certificado pela norma ISO 9001. Incluir FISPQ.	Frasco	1	R\$ 538,28	R\$ 538,28
75	3011	436135	330564	NITRATO DE COBALTO HEXAHIDRATADO P. A. ACS. FÓRMULA QUÍMICA: CO(NO3)2.6 H2O. PESO MOLECULAR: 291,03 G/MOL. GRAU DE PUREZA: MÍNIMA 98%. CAS 10026-22-9. Frasco contendo 250 g. INCLUIR FISPQ DO PRODUTO NO MOMENTO DA ENTREGA.	Frasco	3	R\$ 380,39	R\$ 1.141,17
76	3011	368999	4222	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO P.A. Frasco com 100 gramas. Peso molecular: 297,95 g/mol; pureza mínima de 99%, CAS 13755-38-9. Incluir FISPQ do produto.	Frasco	2	R\$ 299,33	R\$ 598,66
77	3011	347583	4231	OXALATO DE AMÔNIO P.A. (NH4)2C2O4. H2O. DADOS ADICIONAIS: PM:142,11; BOLETIM DE GARANTIA: Teor 99,0 - 101,0%; Insolúveis em H2O: Máx. 0,005%; Resíduo após ignição: Máx. 0,02%; Cloreto (Cl): Máx. 0,002%; Sulfato (SO4): Máx. 0,002%; Metais Pesados (como Pb): Máx. 5 ppm, Ferro (Fe): Máx. 2 ppm; ONU:NT, CLASSE: NT, CAS: [6009-70-7], PT. FUSÃO: 70°C, PT. EBULIÇÃO: ND°C, PT. FULGOR: ND°C, IND REFRAÇÃO: ND. Incluir FISPQ do produto. Frasco com 500 Gramas.	Frasco	2	R\$ 22,31	R\$ 44,62
78	3011	413340	330563	Trióxido de arsênio (óxido de arsênio III - As2O3), pó branco, peso molecular 197,84 g /mol, reagente PA, pureza mínima 99%, CAS 1327-53-3. Frasco contendo 100g; Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	4	R\$ 73,88	R\$ 295,52
79	3011	357742	324768	ÓXIDO DE BISMUTO, pó cristalino amarelo, fórmula química Bi2O3, massa molar 465,96 g /mol, pureza mínima de 99,5%, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 1304-76-3. Frasco (100 g).	Frasco	2	R\$ 185,19	R\$ 370,38
80	3011	353933	3762	Reagente Bipiridina. Aspecto Físico: Cristal Branco. Composição Química: C10h8n2 (2,2-Bipiridina). Peso Molecular: 156,19 g/mol.Teor De Pureza: Pureza Mínima De 99%. Número De Referência Química: Cas 366-18-7. Característica Adicional: Reagente P.A.; Embalagem: 5 g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	2	R\$ 148,55	R\$ 297,10
				Sacarose P.A.; peso molecular 342,29 g/mol; aspecto físico: pó branco cristalino, inodoro;				

81	3011	381493	330565	pureza mínima de 98%, CAS 57-50-1. Frasco contendo 1000g. Incluir a FISPQ no momento da entrega do produto.	Frasco	10	R\$ 64,36	R\$ 643,60
82	3011	445337	4585	SILICAGEL Azul 4 - 8 mm P.A. ACS. Frasco com 500 gramas. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	2	R\$ 104,47	R\$ 208,94
83	3011	423217	326674	Solução Renex 95; Grau: Farmacêutico; Composição: Etoxilato de Nonilfenol; Aplicação: Fixador de Essências; Características Adicionais: Solúvel em Água e Álcool; Apresentação: Líquido; Frasco com 100ml.	Frasco	3	R\$ 25,98	R\$ 77,94
84	3011	234416	325369	SOLUCAO TAMPÃO pH 4,01, líquido incolor, inodoro. Frasco (500 ml).	Frasco	2	R\$ 36,66	R\$ 73,32
85	3011	234417	325367	SOLUCAO TAMPÃO pH 7,01, líquido incolor, inodoro. Frasco (500 ml).	Frasco	2	R\$ 34,88	R\$ 69,76
86	3011	357056	3632	SULFATO DE AMONIO PA. Embalagem com 500g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 28,16	R\$ 28,16
87	3011	412711	328047	Sulfato de Hidrazina. Aspecto Físico: Levíssimo Pó Branco Cristalino, Inodoro. Peso Molecular: 130,12 g/mol. Composição Química: (NH ₂) ₂ . H ₂ SO ₄ - Sulfato De Hidrazina. Teor De Pureza: Pureza Mínima De 99%; Número De Referência Química: Cas 10034-93-2. Característica Adicional: Reagente P.A.. Embalagem: Acondicionado em frasco PEAD de 250 g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	1	R\$ 152,01	R\$ 152,01
88	3011	359287	330641	SULFATO DE PRATA P.A. Ag ₂ SO ₄ , P.M.: 311,83 g/mol; Pureza mínima: 98,0%, CAS: 10294-26-5. FRASCO 100 G. INCLUIR FISPQ DO PRODUTO NO MOMENTO DA ENTREGA.	Frasco	2	R\$ 2.263,29	R\$ 4.526,58
89	3011	445560	330568	Sulfato de sódio anidro (NaSO ₄ anidro); reagente PA; peso molecular 142,05 g/mol; pureza mínima de 99%; CAS 7757-82-6. Frasco contendo 500g. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega	Frasco	5	R\$ 79,99	R\$ 399,95
90	3011	436138	330642	Sulfato férrico amoniacal (sulfato de amônio e ferro III); peso molecular: 482,19 g/mol; pureza mínima 99%; CAS: 7783-83-7; Unidade de fornecimento: frasco 500g; incluir FISPQ do produto na entrega.	Frasco	1	R\$ 87,61	R\$ 87,61
91	3011	412686	330643	Tetraborato de Sódio - Na ₂ B ₄ O ₇ .10H ₂ O (Decahidratado); reagente PA; peso molecular: 381,37 g/mol, aspecto físico: pó branco, cristalino, inodoro; pureza mínima de 99%; Unidade de fornecimento: frasco 250g; CAS 1303-96-4; incluir FISPQ do produto no momento da entrega	Frasco	1	R\$ 37,68	R\$ 37,68
92	3011	371031	330644	TIOACETAMIDA P.A. ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTAL INCOLOR À ESBRANQUIÇADO. FÓRMULA QUÍMICA: CH ₃ CSNH ₂ . PESO MOLECULAR: 75,13 G/MOL. GRAU DE PUREZA: MÍNIMA 98%. TITULAÇÃO POR KSCN: 97,5 - 102,5 %. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO 100G. INCLUIR FISPQ DO PRODUTO NO MOMENTO DA ENTREGA.	Frasco	1	R\$ 386,73	R\$ 386,73
93	3011	437627	4154	TIOCIANATO DE POTASSIO P.A, EMB. C/ 500 G.	Frasco	2	R\$ 214,85	R\$ 429,70
94	3011	347746	325360	TIOSSULFATO DE SÓDIO PENTAHIDRATADO, cristal incolor ou branco, fórmula química Na ₂ S ₂ O ₃ .5H ₂ O, massa molar 248,21 g/mol, pureza mínima de 99,5%,	Frasco	2	R\$ 55,76	R\$ 111,52

				característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 10102-17-7. Frasco (500 g).				
95	3009	357777	5730	TRIS - HCL, COM PUREZA > 99%, FÓRMULA NH ₂ C(CH ₂ OH) ₃ • HCL, FRASCO COM 500G.	Frasco	3	R\$ 343,02	R\$ 1.029,06
96	3011	451699	4043	Xileno. Aspecto Físico: Líquido. Fórmula Química: C ₈ H ₁₀ (M-XILENO). Peso Molecular: 106,17 g/mol. Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99%. Número De Referência Química: CAS 108-38-3. Característica Adicional: Reagente P. A. Embalagem: 1000 mL. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	2	R\$ 45,51	R\$ 91,02
97	3011	346184	3944	Xilol (Xileno). Aspecto Físico: Líquido. Fórmula Química: C ₆ H ₄ (CH ₃) ₂ . Peso Molecular: 106,17 g/mol. Mistura de isômeros orto, para e meta. Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99%. Número De Referência Química: CAS 1330-20-7. Característica Adicional: Reagente P.A. A.C. S. Embalagem: 1000 mL. Incluir FISPQ do produto no momento da entrega.	Frasco	40	R\$ 48,07	R\$ 1.922,80
98	3011	402644	330645	ZINCO. ASPECTO FÍSICO: PÓ GRANULAR BRANCO-AZULADOS OU CINZA PRATA (3 A 8 MM), INODORO. FÓRMULA QUÍMICA: ZN. PESO MOLECULAR: 65,38 /MOL. GRAU DE PUREZA: MÍNIMA 99,8%. NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7440-66-6. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P. A. ISO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO 500G. INCLUIR FISPQ DO PRODUTO NO MOMENTO DA ENTREGA.	Frasco	3	R\$ 549,28	R\$ 1.647,84

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns , conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 292/2025.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os itens objeto desta contratação estão organizados em três tipos: não controlados, controlados pela Polícia Federal e controlados pelo Exército, a saber:

- 1.4.1. Itens controlados pela Polícia Federal: 1 a 11;
- 1.4.2. Itens controlados pelo Exército: 12 a 15
- 1.4.3. Itens não controlados: 16 a 98.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, conforme art. 84 da Lei nº 14.133 /2021. Em caso de prorrogação, os quantitativos registrados poderão ser renovados.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O(s) código(s) e descrição (ões) do “CATMAT/CATSER” constante(s) do “Compras.gov.br” pode(m) eventualmente divergir da descrição do(s) item(ns) a ser(em) contratado(s) quanto a especificações e outras características. **Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 292/2025.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnicos Preliminar (ETP) nº 292/2025.

3.2. Esta contratação se dará via **Sistema de Registro de Preços**, nos termos do art. 3º do Decreto nº 11.462 de 2023, conforme descrito no tópico Descrição da solução como um todo do ETP.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade, além dos que já estão na descrição dos itens, devem seguir os requisitos específicos do Estudo Técnico Preliminar (ETP), quando houver. Vale lembrar que, embora muitos desses requisitos se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, outros podem ser definidos conforme as particularidades da contratação e as necessidades da administração.

4.1.1. Considerando o art. 5º da Lei 14.133/2021, visando promover o desenvolvimento nacional sustentável e perseguindo o que dispõe a Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG, os produtos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.2. Com base no Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes gerais de sustentabilidade a serem observadas neste termo:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade previstos acima e no Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação atenderá aos seguintes:

4.2.1. Para os **itens 1 a 11**, considerados produtos **controlados pelo Departamento de Polícia Federal** o fornecedor deverá apresentar a seguinte documentação:

- Certificado de Licença de Funcionamento válido junto à Polícia Federal, conforme disposições da Lei 10.357, de 27 de dezembro de 2001, Decreto No 4.262, de 10 de junho de 2002 e Portaria No 240, de 12 de março de 2019.

4.2.2. Para **os itens 12 a 15**, considerados Produtos **Controlados pelo Exército**, o fornecedor deverá apresentar a seguinte documentação:

- Certificado de Registro válido, conforme disposições da PORTARIA Nº 56- COLOG, DE 5 DE JUNHO DE 2017. EB: 64474.004621/2017-25. Quando se tratar do fornecimento do Produtos Controlados pelo Exército (PCE) dispostos na Portaria Nº 118 - COLOG, de 4 de outubro de 2019. EB: 64447.041399/2019-31

4.2.3. Para **todos os itens**, no momento da entrega do produto, é exigido que o fornecedor apresente a Ficha de Dados de Segurança (FDS), em conformidade com a ABNT NBR 14725-4.

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação será admitida a indicação marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, quando for o caso.

4.3.1. Além disso, a indicação de marcas ou modelos na especificação (conforme tabela do subtópico 1.1) poderá ser utilizada pela Ufes como parâmetro de qualidade, admitida tão somente para facilitar a descrição do objeto a ser licitado e munir as empresas participantes da licitação com informações relativas ao padrão de qualidade mínimo almejado por esta Universidade. (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021).

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência de garantia contratual da execução pelas razões abaixo justificadas:

4.5.1. A presente contratação trata exclusivamente de aquisição de materiais. Nenhum valor é pago pela CONTRATANTE enquanto não ocorrer a entrega do material, sem vícios e em conformidade com as especificações licitadas, e o consequente recebimento definitivo. Assim, não há possibilidade de dispêndio financeiro prévio que exija a prestação de garantia para seu ressarcimento.

4.5.2. Os prejuízos decorrentes de eventual descumprimento contratual podem ser reparados por meio das aplicações das sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação em vigor.

Margem de Preferência

4.7. Os bens listados na Tabela do subtópico 1.1 **não se enquadram** na Margem de Preferência prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º 8, de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável CICS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos materiais é de **30 (trinta)** dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, em remessa única, da seguinte forma:

5.1.1. A entrega do material deverá ser previamente agendada, com antecedência mínima de 24 horas, com o **Almoxarifado Central** da Ufes, **em dias úteis, horário de expediente, de segunda a sexta-feira**, através dos telefones: (27) 4009-2308 ou 4009-2309 ou por e-mail: almoxarifado.proad@ufes.br ou almoxarifadoufes@gmail.com.

5.1.2. O material deverá ser entregue no seguinte endereço e horário:

a) Campus **Universitário de Goiabeiras** (Almoxarifado Central - UFES)

Horário de entrega: das 8:00 às 11:30h e das 13:30 às 16:00h.

b) Campus **Universitário de Maruípe**

Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, Vitória/ES, CEP: 29.043-900.

Horário de entrega: das 9:00 às 11:30h e das 13:30 às 17:00h.

5.2. Será de responsabilidade da contratada o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado pelo responsável do recebimento.

5.3. Eventualmente, poderá ser solicitada a entrega diretamente numa das unidades administrativas da Ufes (*campus* de Goiabeiras e de Maruípe), devido a fatores como: peso, volume, condições ambientais, favorecimento para montagem etc. Tal ocorrência deverá se dar sem ônus algum para a Universidade.

5.4. Os materiais deverão ser entregues com **validade mínima de 80% (oitenta por cento) do prazo definido pelo fabricante na embalagem do produto** ou em documento fornecido pelo mesmo quando, numa excepcionalidade, a embalagem não constar tal informação.

5.4.1. O disposto no subitem anterior somente se aplica caso os materiais ofertados tenham prazo de validade determinados pelo fabricante.

5.4.2. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, e atender a todas as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

5.5. A Nota Fiscal apresentada pela empresa no momento da entrega do material, deverá mencionar, no campo observações, o número da(s) Nota(s) de Empenho ou Ordem(s) de Fornecimento referente ao(s) fornecimento(s) executado(s).

5.6. A entrega do(s) material(is) será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração da UFES, designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

5.7. A atestação de conformidade da entrega do(s) material(is) caberá ao Responsável pelo Almoxarifado Central da UFES ou a outro servidor designado para esse fim.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

7.2.4.1.1. Atingindo o limite de **30 (trinta)** dias, poderá a Contratante, a qualquer momento, considerar ocorrida a inexecução, total ou parcial, do contrato, passando a incidir, conforme o caso, a multa compensatória prevista para as infrações descritas acima nas alíneas "a", "b", ou "c".

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da parcela inexecutada do contrato;

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de **30% (trinta por cento)** do valor da parcela inexecutada do contrato.

7.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.6.1. A Contratante pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.6.1.1. O valor de multa retido cautelarmente será liberado à contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o provimento do recurso ou da reconsideração da decisão que aplicou a penalidade.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.1. A não reposição no prazo estabelecido no subitem anterior constitui motivo para rescisão da contratação.

8.2.2. A cada nova entrega, inicia-se a contagem de novo prazo para recebimento definitivo.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, na data limite para a apresentação das propostas.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) /IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral ou parcelado, quando for o caso.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 80.248,12 (oitenta mil, duzentos e quarenta e oito reais e doze centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Vitória/ES, 13 de fevereiro de 2026.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, podendo ser do tipo Nota de Empenho, Carta Contrato, Autorização, ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.1.1. O instrumento equivalente ao contrato será enviado para o endereço de e-mail informado pelo adjudicatário durante o certame licitatório. Uma vez enviado para o endereço de e-mail informado, considerar-se-á entregue o instrumento contratual.

1.1.1.1. Compete ao adjudicatário manter atualizado o seu cadastro junto ao órgão contratante, devendo informar previamente qualquer mudança no endereço de e-mail para recebimento dos instrumentos contratuais. Caso não o faça, sujeita-se às sanções previstas para os casos de não aceitação do instrumento contratual e/ou descumprimento contratual.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Vitória/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JANE SCHNEIDER DE MEDEIROS

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 13:54:06.

RODRIGO MATIELLO OLIVEIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 13:14:24.

LUZINETE CORREA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 13:42:29.

PRISCILA COSTA LEITE

Equipe de Planejamento da Contratação

CAROLINE OHNESORGE MAIA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 15:07:54.

SARAH BOTELHO FARDIN

Equipe de Planejamento da Contratação

THIAGO MOTHE GUIMARAES

Equipe de Planejamento da Contratação

MARYANA BITTI SALAZAR

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 15:30:19.